



IMPrensa OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

Leme, 7 de Maio de 2026 • Número 3989 • www.leme.sp.gov.br

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 SECRETARIA DE SAÚDE

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PRESTADORA (S) DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

O Município de Leme, por intermédio da Secretaria de Saúde, FAZ SABER a todos os interessados que se acha aberto neste Município, o presente Edital de chamamento público nº 002/2026 - SAÚDE, referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para o objeto que segue.

Aplicam-se ao presente as disposições do Decreto Municipal nº 8214, de 27/10/2023 - (IOL nº 3406).

1) DO OBJETO

Constitui objeto do presente edital o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PRESTADORA(S) DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

Os interessados poderão optar por quaisquer dos lotes descritos no anexo I, sendo certo que, ao aderirem a qualquer um dos lotes, estarão obrigados a realização de todos os serviços descritos em todos os itens de cada lote.

2) DA RETIRADA DO EDITAL

2.1) O Edital de Credenciamento poderá ser obtido junto ao site oficial da Prefeitura de Leme, www.leme.sp.gov.br - licitações 2026 - chamamento publico (gratuito), ou Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP.

3) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1) Poderão participar do processo de Credenciamento, pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto; que sejam prestadoras do serviço de consultas médicas especializadas a serem realizadas nas unidades de saúde do município, e que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e de seus Anexos.

4) DO CREDENCIAMENTO

4.1) Para participar do Credenciamento, as pessoas jurídicas deverão apresentar, MEDIANTE PROTOCOLO ELETRÔNICO, COM ACESSO ATRAVÉS DA PAGINA INICIAL DO SITE DA PREFEITURA DE LEME (www.leme.sp.gov.br), o requerimento de credenciamento (Anexo II), e as declarações e documentos exigidos no item 5 deste Edital.

4.2) A documentação e requerimento de credenciamento deverão ser protocoladas, até o dia 22 DE MAIO DE 2026, conforme o seguinte caminho:

Na página inicial do site www.leme.sp.gov.br escolha PROTOCOLO
Após, seguir os seguintes passos:

PASSO 1 - IDENTIFICAÇÃO - Acesso mediante cadastro/login e senha.
Após, entrar com login e senha.

PASSO 2 - INFORMAÇÕES - Escolher como Assunto - "Entrega de Envelopes de Licitação" -

No Campo denominado Descrição, mencionar o texto abaixo:

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE LEME DOCUMENTOS E REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - SAÚDE, CUJO OBJETO É: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PRESTADORA (S) DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE REDE PÚBLICA MUNI-

CIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

EMPRESA(razão social):(PREENCHER)

CNPJ/MF Nº.....(PREENCHER)

Após preenchimento do campo DESCRIÇÃO conforme acima, ANEXAR OS DOCUMENTOS E REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, CONFORME EXIGIDO NO PRESENTE EDITAL;

Anexados os documentos e requerimento de credenciamento, CLICAR EM PROTOCOLAR;

4.2.1 O presente edital terá validade de 3 (três) meses, a contar de sua publicação na Imprensa Oficial de Leme, podendo ser revogado antes do vencimento do referido prazo, em caso de esgotadas as necessidades que o originaram ou outro motivo justificado pela Administração. Poderá ainda, haver prorrogação do prazo de vigência, mediante justificativa da administração.

4.2.2 Ultrapassado o prazo previsto no item 4.2, novos pedidos de credenciamento serão admitidos dentro do prazo de validade retro exposto, entretanto, deferidos tais credenciamentos, as contratações deles decorrentes somente poderão ocorrer após esgotadas as contratações originárias das inscrições realizadas dentro do retro citado prazo, ou na impossibilidade de atendimento das necessidades municipais pelos mesmos.

4.3) Terminado o prazo inicial de inscrição, o conteúdo dos documentos anexados e o requerimento de credenciamento será analisado, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sendo o resultado da análise publicado na Imprensa Oficial de Leme.

4.4) A vigência do contrato decorrente do presente credenciamento será de 12 meses a contar da sua assinatura (modelo anexo V), podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21, no interesse da administração e mediante atendimento das demais exigências aqui estabelecidas.

4.5) O credenciado fica obrigado a manter as mesmas condições de habilitação durante o período de vigência do credenciamento e do contrato.

4.6) O credenciamento poderá ser realizado para a prestação imediata dos serviços credenciados ou somente para formalizar relação para futura prestação de serviços, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

4.7) A Secretaria Municipal não está obrigada a solicitar os serviços da empresa credenciada em caso de ausência de demanda que o justifique.

5) REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

5.1) Os interessados em prestar os serviços deverão apresentar os seguintes documentos, em plena vigência:

- Requerimento de Credenciamento da pessoa jurídica (conforme Anexo II), assinada pelo representante legal, com declarações;
- Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de ato formal de designação da diretoria em exercício;
- No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de regularidade junto as Fazendas Federal e Municipal do domicílio ou sede do interessado, sendo:

f.1) a regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada pela apresentação de certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, emitida através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada à verificação da veracidade via Internet;

f.2) a regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, deverá ser comprovada em relação a tributos Mobiliários, e poderá se dar através da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

- g) CRF – Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- i) Declaração do empresário ou do representante legal da sociedade de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III);
- j) Certidão negativa de falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede (matriz) da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento dos envelopes, se outro prazo não constar do documento;
- k) Declaração de que não se enquadra nos casos de impedimento de participação, declinados no item 6 abaixo (Anexo II):
- L) Relação dos profissionais médicos que irão prestar os serviços;
- M) Deverá ser apresentado o registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM) competente, bem como Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) ou comprovação de experiência profissional por meio de especialização em Curso registrado pelo MEC de acordo com a área de atuação desejada;

6) IMPEDIMENTOS

6.1) Estão impedidos de participar do presente procedimento:

- a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do presente, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Leme ou com agente público que desempenhe função na comissão de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) Agente público da Prefeitura de Leme;
- f) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h) Cooperativas;
- i) E as demais que se enquadrem no art. 14 da Lei 14.133/21;
- 6.2) A documentação exigida no item 5.1 deverá ser apresentada no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por servidor público da Administração, mediante a apresentação do respectivo original. A autenticação por servidor público municipal deverá se dar até o segundo dia útil anterior ao prazo final de INSCRIÇÃO, respeitado o horário de expediente. Os documentos extraídos via internet terão sua autenticidade verificada conforme neles estabelecidos.

7. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

7.1) Os pedidos de credenciamento e documentos exigidos neste Edital, apresentados pelos interessados, serão analisados pelo setor de Licitações.

7.2) Após decisão da Análise dos documentos, o resultado será publicado na Imprensa Oficial do Município, que conterá a relação das empresas credenciadas e dos pedidos indeferidos.

7.2.1) Do indeferimento caberá recurso, nos termos do art. 6º, do Decreto Municipal 8.214/23. O recurso e suas razões deverá ser protocolado, também mediante protocolo eletrônico, da forma citada no item 4.2 deste edital, em até 03 (três) dias úteis a partir da publicação da decisão recorrida na Imprensa Oficial de Leme. O recurso, com suas razões deverá ser escrito ou anexado, no mesmo protocolo utilizado para encaminhamento dos documentos e pedido de credenciamento, sob pena de não conhecimento.

7.3) Transcorrido o prazo sem apresentação de recursos ou após julgados os que vierem a ser interpostos, o resultado do Credenciamento será submetido à homologação da Secretária Municipal de Saúde.

7.4) O credenciamento terá validade conjunta ao do presente edital.

8. DO PEDIDO DE DESCRENCIAMENTO

8.1) O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tem-

po, antes da sua contratação, desde que observado o prazo de antecedência de 30 dias corridos contados a partir da solicitação, mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.2) Aplicam-se para os casos de descredenciamento ainda, o disposto no Inc. II, do art. 12, do Decreto Municipal nº 8.214/2023.

9. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

9.1) De acordo com as necessidades e as diretrizes do Município de Leme-SP, as empresas credenciadas serão convocadas a assinar Contrato de Prestação de Serviços com o Município de Leme-SP, conforme minuta constante do (Anexo V), para fazê-lo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. A convocação e assinatura deverão se dar de forma eletrônica, através do sistema IDoc, da municipalidade. A não assinatura do contrato no prazo retro, importará no descredenciamento do convocado.

9.1.1) Caso sejam credenciados mais de um interessado para cada item, a quantidade de serviços a ser contratada será dividida/rateada entre todos os credenciados em partes iguais, para fins de contratação.

9.1.2) Havendo número maior de credenciados em relação à quantidade de serviços a serem contratados, a seleção será feita pela ordem cronológica da entrada dos documentos de forma correta e completa para credenciamento, entre todos os credenciados. Nesta hipótese, após a contratação dos serviços de determinado credenciado, este será posicionado ao final da lista dos credenciados para aquele serviço e somente será contratado novamente após todos os demais credenciados terem sido contratados para prestação dos serviços.

9.2) O Valor a ser pago aos credenciados será por serviço, conforme a demanda, pelos valores constantes do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1) O custeio para execução dos serviços objeto deste Edital será proveniente de recursos financeiros Próprios do Município, indicados no Anexo I deste edital;

11. DAS PENALIDADES

11.1) As sanções aplicáveis na execução dos serviços, são as previstas na minuta do contrato que segue anexa ao presente.

12. DOS ANEXOS

12.1) Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I: Termo de Referência
 Anexo II: Requerimento de Credenciamento;
 Anexo III: Declaração de Inexistência de Empregados Menores;
 Anexo IV: Declaração de Inexistência de Impedimentos;
 Anexo V: Minuta de Contrato;

Leme, DE MAIO DE 2.026

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK
 Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA OBJETO

Credenciamento de empresa(s) para prestação de serviços de consultas médicas especializadas para as unidades de saúde do Município de Leme, conforme especificações e quantidades descritas abaixo, para atender a demanda desta secretaria, conforme prazos e demais obrigações e informações constantes neste instrumento.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Estima-se para a prestação de serviço durante 12 meses o valor total de R\$ 8.381.827,80 (oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos).

Foram realizadas pesquisa de preços com empresas do ramo de atuação, consultas no Banco de Preços e levantamento de valores junto à tabela de valores do Consórcio Cismetro, cujas solicitações de orçamento encontram-se anexas ao processo de chamamento público.

Após a realização do levantamento de mercado, consolidou-se os valores

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME
 Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1085 - LEME • SP
 ADMINISTRAÇÃO: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
 RESPONSÁVEL: Patrícia de Queiroz Magatti

estimados da contratação, obtendo-se o valor médio de cada item.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 8.214/2023, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Pelos serviços EFETIVAMENTE prestados pelos credenciados contratados através do presente procedimento, o Município, conforme pesquisa de mercado realizada na fase interna do presente procedimento, pagará a importância de:

| LOTE UNID | ITEM QNT | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------|----------|---|---|----------|
| 1 | 1 | CONSULTA MÉDICA - NEUROLOGISTA | Serviços de médico neuropediatra para atendimento na Unidade S.O.S Bebê (01 vaga – máximo de 80 consultas semanais). | SV 3.840 |
| 2 | 1 | CONSULTA MÉDICA - NEUROLOGISTA | Serviços de médico neurologista para atendimento no Centro Médico Integrado (01 vaga – máximo de 40 consultas semanais) | SV 3.840 |
| 3 | 1 | CONSULTA MÉDICA - DERMATOLOGISTA | Serviços de médico dermatologista para atendimento na Unidade Casa da Mulher (02 vagas – máximo de 60 consultas semanais cada) – os mesmos profissionais também realizarão os procedimentos listados neste lote. | SV 5.760 |
| 2 | | BIÓPSIA DE PELE E PARTES MOLES | Procedimento médico dermatologista – média de 14 procedimentos semanais cada profissional) | SV 1.344 |
| 3 | | EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS/CISTO SEBACEO/LIPOMA | Procedimento médico dermatologista – média de 7 procedimentos semanais cada profissional) | SV 672 |
| 4 | | CRIOTERAPIA | Procedimento médico dermatologista – média de 7 procedimentos semanais cada profissional) | SV 672 |
| 5 | | CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE PEQUENAS LESÕES | Procedimento médico dermatologista – média de 7 procedimentos semanais cada profissional) | SV 672 |
| 6 | | PEQUENAS CIRURGIAS | Procedimento médico dermatologista – média de 7 procedimentos semanais cada profissional) | SV 672 |
| 4 | 1 | CONSULTA MÉDICA - PNEUMOLOGISTA | Serviços de médico pneumologista para atendimento na Unidade CS2 (01 vaga - máximo de 60 consultas semanais) – o mesmo profissional também realizará os procedimentos listados neste lote. | SV 2.880 |
| 2 | | ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR | Procedimento médico pneumologista – média de 18 procedimentos semanais | SV 864 |
| 5 | 1 | CONSULTA MÉDICA - CIRURGIÃO GERAL | Serviços de médico cirurgião geral para atendimento no Centro Médico Integrado - O médico deverá realizar cirurgias no hospital de referência do município de acordo com o diagnóstico do paciente (01 vaga – com realização de procedimentos - máximo de 80 consultas semanais) – o mesmo profissional também realizará os procedimentos listados neste lote | SV 3.840 |
| 2 | | EXERESE LESÃO DE PELE | Procedimento médico cirurgião geral – média de 30 procedimentos semanais | SV 1.440 |
| 3 | | CAUTERIZAÇÃO DE PINTAS E MANCHAS | Procedimento médico cirurgião geral – média de 15 procedimentos semanais | SV 720 |
| 4 | | LOBULOPLASTIA | Procedimento médico cirurgião geral – média de 3 procedimentos semanais | SV 144 |
| 5 | | EXERESE DE UNHA/CANTOPLASTIA | Procedimento médico cirurgião geral – média de 3 procedimentos semanais | SV 144 |
| 6 | 1 | CONSULTA MÉDICA - CARDIOLOGISTA | Serviços de médico cardiologista para atendimento no Centro Médico Integrado (01 vaga – máximo de 60 consultas semanais). | SV 2.880 |
| 7 | 1 | CONSULTA MÉDICA - GASTROENTEROLOGISTA | Serviços de médico gastroenterologista para atendimento na Unidade Centro Médico Integrado (02 vagas – máximo de 80 consultas semanais cada) | SV 7.680 |
| 8 | 1 | CONSULTA MÉDICA - OFTALMOLOGISTA | Serviços de médico oftalmologista para atendimento no Centro Médico Integrado (02 vagas – máximo de 60 consultas semanais cada) – os mesmos profissionais também realizarão os procedimentos listados neste lote. | SV 5.760 |
| 2 | | REMOÇÃO DE CORPO ESTRANHO | Procedimento médico oftalmologista – média de 9 procedimentos semanais cada profissional) | SV 864 |
| 9 | 1 | CONSULTA MÉDICA - OTORRINOLARINGOLOGISTA | Serviços de médico otorrinolaringologista para atendimento no Centro Médico Integrado (01 vaga – máximo de 80 consultas semanais) – o mesmo profissional também realizará os procedimentos listados neste lote | SV 3.840 |
| 2 | | REMOÇÃO DE CERUME/CORPOS ESTRANHOS DE OUVIDO/NARIZ | Procedimento médico otorrinolaringologista – média de 15 procedimentos semanais | SV 720 |

| | | | | |
|----|---|---|--|-----------------------------|
| 10 | 1 | CONSULTA MÉDICA - GINECOLOGISTA E OBSTETRA | Serviços de médico ginecologista obstetra para atendimento na Casa da Mulher e Unidades de Saúde APS (03 vagas – máximo de 80 consultas semanais cada) – os mesmos profissionais também realizarão os procedimentos listados neste lote. | SV 11.520 |
| 2 | | COLOCAÇÃO DE DIU | Procedimento médico ginecologista – média de 14 procedimentos semanais cada profissional) | SV 2.016 |
| 3 | | COLOCAÇÃO DE IMPLANON | Procedimento médico ginecologista – média de 14 procedimentos semanais cada profissional) | SV 2.016 |
| 4 | | COLPOSCOPIA | Procedimento médico ginecologista – média de 16 procedimentos semanais cada profissional) | SV 2.304 |
| 5 | | BIÓPSIA DE COLO DE ÚTERO | Procedimento médico ginecologista – média de 4 procedimentos semanais cada profissional) | SV 576 |
| 6 | | BIÓPSIA DE VULVA | Procedimento médico ginecologista – média de 2 procedimentos semanais cada profissional) | SV 288 |
| 7 | | DRENAGEM DE MAMA | Procedimento médico ginecologista – média de 1 procedimento semanal cada profissional) | SV 144 |
| 11 | 1 | CONSULTA MÉDICA - REUMATOLOGISTA INFANTIL | Serviços de médico hematologista para atendimento no Centro Médico Integrado (01 vaga – máximo de 40 consultas semanais). | SV 1.920 |
| 12 | 1 | CONSULTA MÉDICA - HEMATOLOGISTA INFANTIL | Serviços de médico hematologista infantil para atendimento no SOS Bebê (01 vaga – máximo de 40 consultas semanais). | SV 1.920 |
| 13 | 1 | CONSULTA MÉDICA - ENDOCRINOLOGISTA | Serviços de médico endocrinologista para atendimento no CIED (01 vaga – máximo de 80 consultas semanais). | SV 3.840 |
| 14 | 1 | CONSULTA MÉDICA - ENDOCRINOLOGISTA INFANTIL | Serviços de médico endocrinologista infantil para atendimento no CIED (01 vaga – máximo de 40 consultas semanais). | SV 1.920 |
| 15 | 1 | CONSULTA MÉDICA - REUMATOLOGISTA | Serviços de médico reumatologista para atendimento no Centro Médico Integrado (01 vaga – máximo de 80 consultas semanais). | SV 3.840 |
| 16 | 1 | CONSULTA MÉDICA - PEDIATRA | Serviços de médico pediatra para atendimento no SOS Bebê e unidades de saúde APS (03 vagas – máximo de 80 consultas semanais). | SV 11.520 |
| | | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | QTD | VALOR UNITÁRIO VALOR ANUAL |
| | | Consulta de médico especialista | 76.800 | R\$ 81,77 R \$ 6.279.936,00 |
| | | Biópsia de pele e partes moles - DERMATOLOGISTA | 1.344 | R \$ 134,50 R\$ 180.768,00 |
| | | Exerece de tumor de pele e anexos/cisto sebaceo/lipoma - DERMATOLOGISTA | 672 | R\$ 137,50 R\$ 92.400,00 |
| | | Crioterapia - DERMATOLOGISTA | 672 | R\$ 117,50 R\$ 78.960,00 |
| | | Cauterização química de pequenas lesões - DERMATOLOGISTA | 672 | R\$ 85,26 R\$ 57.294,72 |
| | | Pequenas cirurgias - DERMATOLOGISTA | 672 | R\$ 175,35 R \$ 117.835,20 |
| | | Espirometria ou prova de função pulmonar completa com broncodilatador - PNEUMOLOGISTA | 864 | R\$ 166,49 R\$ 143.847,36 |
| | | Exerece lesão de pele – CIRURGIÃO GERAL | 1.440 | R\$ 137,50 R \$ 198.000,00 |
| | | Cauterização de pintas e manchas – CIRURGIÃO GERAL | 720 | R \$ 70,92 R\$ 51.062,40 |
| | | Lobuloplastia – CIRURGIÃO GERAL | 144 | R\$ 170,00 R\$ 24.480,00 |
| | | Exerece de unha/cantoplastia – CIRURGIÃO GERAL | 144 | R \$ 295,56 R\$ 42.560,64 |
| | | Remoção de corpo estranho - OFTALMOLOGISTA | 684 | R \$ 203,33 R\$ 139.077,72 |
| | | Remoção de cerume/corpos estranhos de ouvido/nariz - OTORRINOLARINGOLOGISTA | 720 | R\$77,33 R\$ 55.677,60 |
| | | Colocação de DIU - GINECOLOGISTA | 2.016 | R\$ 120,91 R \$ 243.754,56 |
| | | Colocação de Implanon - GINECOLOGISTA | 2.016 | R\$ 165,00 R \$ 332.640,00 |
| | | Colposcopia - GINECOLOGISTA | 2.304 | R\$ 83,67 R\$ 192.775,68 |
| | | Biópsia de colo de útero - GINECOLOGISTA | 576 | R\$ 107,90 R \$ 62.150,40 |
| | | Biópsia de vulva - GINECOLOGISTA | 288 | R\$ 88,75 R \$ 25.560,00 |

| | | |
|----------------------------------|-----|-------------------------|
| Drenagem de mama - GINECOLOGISTA | 144 | R\$ 437,83 R \$ |
| 63.047,52 | | |
| TOTAL ANUAL | | R\$ 8.381.827,80 |

* OBS.: A quantidade estimada pode variar para mais ou para menos em cada um dos itens, a depender da demanda.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 8214, de 27/10/2023 - (IOL nº 3406).

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da divulgação do contrato no PNCP, aplicando-se ao mesmo o disposto no art. 107 da Lei da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

Os preços unitários acima referidos são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e tributários, e constituirão a única remuneração do(s) CONTRATADO(S) pela execução dos serviços elencados.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços que tratam o presente Termo de Referência deverão ser executados com zelo e destreza.

Os serviços deverão ser prestados de segunda-feira a sexta-feira, prioritariamente das 07 às 17h e/ou em horário a ser estabelecido de acordo com o funcionamento das unidades de saúde e alterado de acordo com a conveniência da CONTRATANTE e da CONTRATADA, devendo ser feita escala de horário, de forma que seja a melhor para atender aos serviços;

Os serviços serão realizados conforme a necessidade, mediante autorização (ORDENS DE SERVIÇO) da Secretária Municipal de Saúde;

A prestação do serviço de consultas médicas especializadas ocorrerá permanentemente e completamente nas dependências das unidades de saúde do município; **PRAZO DE EXECUÇÃO**

As consultas médicas especializadas acontecerão de acordo com agendamento das consultas a serem realizadas pelas unidades de saúde onde os serviços serão prestados, cabendo à coordenação solicitante do serviço gerenciar e autorizar os quantitativos.

CONTRATADA deverá se deslocar até a unidade de saúde na data e horário previstos ou justificar para a CONTRATANTE, os fatos que impedem o cumprimento. As justificativas deverão ser formuladas por e-mail e serem aceitas pela CONTRATANTE.

As solicitações ocorrerão conforme a necessidade das unidades Requisitantes.

Caso não seja possível o comparecimento do profissional na data e horário estipulados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que as devidas providências e remanejamentos de consultas sejam realizados, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Nos preços a serem pagos pelo Município, estão inclusas todas as despesas decorrentes da realização dos serviços, diretas e indiretas, tais como, mão-de-obra, deslocamento do profissional médico, recolhimentos tributários e previdenciários, etc, sendo estes os únicos a serem pagos pelo Município pela correta execução dos mesmos, bem como está incluso no valor da consulta o direito a um retorno.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste termo e no contrato, bem como nas normas da Lei nº 14.133, de 2021.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O(s) fiscal(is) do contrato acompanhará(ão) a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, detendo todas as atribuições e responsabilidades estabelecidas no Decreto Municipal 8.048/23 (IOL de 14/03/23).

A Secretária Municipal de Saúde indica o servidor para atuar como gestor: Aline Camargo de Moraes – Agente Administrativo - Membro da Comissão de Gestores e Fiscais de Contratos da Administração Direta e fiscal do(s) contrato(s): Vinícius Alfredo Nogueira – Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos, Planejamento e Gestão - Membro da Comissão de Gestores e Fiscais de Contratos da Administração Direta

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados de acordo com o número de serviços efetivados no mês de referência (exceto retorno), mediante apresentação de Nota fiscal na tesouraria da Prefeitura, acompanhada do relatório detalhado dos serviços prestados no período, devidamente ratificado pelo Secretária Municipal requisitante. As

notas e relatório retro, deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Os pagamentos dar-se-ão no 15º dia útil do mês consecutivo a entrega do documento fiscal, mediante depósito em conta, em nome da contratada. Deverão também obedecer as demais exigências eventualmente constantes do contrato.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,
 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

Os serviços serão atestados pela unidade de saúde onde o profissional realizar as consultas médicas, através de relatório mensal do quantitativo de consultas e procedimentos realizados. O documento fiscal deverá estar de acordo com o quantitativo informado pela unidade de saúde, sendo o relatório obrigatório para acompanhamento da nota fiscal.

Caberá ao gestor do contrato realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções e comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente a SECRETARIA DE FINANÇAS para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do contrato.

Constatando-se, junto ao SICAF ou outro sistema de cadastro, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao sistema de cadastro.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Comple-

mentar.

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados conforme demanda do Município. O estimativo total aqui previsto será dividido/rateado entre o número de empresas credenciadas neste procedimento, em partes iguais ou de acordo com a previsão do edital, para fins de contratação.

DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão por conta da dotação que for prevista para atender as obrigações de mesma natureza.

Cód. Aplicação 310.0000 – Saúde Geral

Fonte - 01 Tesouro

Despesa - 2764

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

As estipuladas no edital, neste anexo e minuta de contrato

Leme, (vide data da assinatura digital).

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO REQUERENTE

RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO COMPLETO (R./AV. Nº)

C.N.P.J.

INSC. ESTADUAL

CIDADE / ESTADO:

CEP:

EMAIL

FONE

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL

RG / Nº

CPF / MF Nº

ENDEREÇO

CIDADE / ESTADO:

CEP:

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS EMPRESA:

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE

A empresa supra, por seu representante legal que a este assina, vem perante Vossas Senhorias, requerer seu credenciamento no Chamamento Público 002/2026 - SAÚDE, que tem por objeto:

CRENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PRESTADORA(S) DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ASSINALAR O(S) LOTE(S) DE SEU INTERESSE

| | | | | |
|---------|---|------|---|------|
| LOTE 01 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 02 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 03 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 04 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 05 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 06 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 07 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 08 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 09 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 10 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 11 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 12 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 13 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 14 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 15 | (|)SIM | (|)NÃO |
| LOTE 16 | (|)SIM | (|)NÃO |

Declaramos ainda, sob as penas da lei, que:

- Tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do chamamento público, edital e seus anexos e com as mesmas concordamos;

- Encontramo-nos idôneos para licitar, contratar ou firmar convênio com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal;

- Ciente(s) das mesmas, não nos enquadrados nas situações de impedimento previstas no constantes do no item 6 do Edital e que as informações prestadas neste pedido de Credenciamento são verdadeiras;

- Apresentaremos comprovação de vínculo com o profissional médico no prazo de 10 dias a contar da assinatura do contrato;

- Atendemos todas as exigências do edital;

Leme,.... dede 2026

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHO DE MENOR

A (razão social da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que:

a) Assume inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação no presente chamamento, e ainda pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

b) Aceita integral e irrevogavelmente os termos do edital em epígrafe.

c) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (_____).

OBS: Em caso afirmativo, assinalar e ressalva acima.

_____, de _____ de 2026

Assinatura do representante legal n.º RG / CPF

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação no Chamamento Público nº 002/2026-Sec. Saúde, a _____ (razão social), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número _____, sediada na _____ (endereço completo)....., declara, sob as penas da lei que, até a presente data, inexistente fato impeditivo para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada pelo representante legal da pretendente ao credenciamento.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO (NÃO PREENCHER)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEME E

PROCESSO ADM. 1DOC Nº

PAIL Nº:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - SAÚDE

CONTRATO REGISTRADO SOB N.º

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, IV, DA LEI 14.133/21

O MUNICÍPIO DE LEME, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.362.661/0001-68, com sede na Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, nº 1.085, centro - Leme/SP, através da Secretária de saúde, neste ato representada pelo(a) Secretário (nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na em doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no PAIL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - Saúde, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de

abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital do Chamamento;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) sua divulgação junto ao PNCP, aplicando-se ao presente o disposto no art. 107, da Lei 14.133/21, no que couber.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao edital de chamamento público que deu origem ao presente Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (), sendo os preços unitários, os seguintes:

.....

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência, anexos a este Contrato, a saber:

DOS PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados de acordo com o número de serviços efetivados no mês de referência, mediante apresentação de Nota fiscal na tesouraria da Prefeitura, acompanhada do relatório detalhado dos serviços prestados no período, devidamente ratificado pelo Secretaria Municipal requisitante. As notas e relatório retro, deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Os pagamentos dar-se-ão até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à emissão do documento fiscal, mediante depósito em conta ou PIX, em nome da contratada. Deverão também obedecer as demais exigências eventualmente constantes do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da “data do orçamento”. Para fins do presente, considera-se como “data do orçamento”, a data do mapa comparativo de preços emitido pela administração, na fase interna do processo, ou a data do último orçamento.

7.2. Se for o caso, após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento ou aditamento contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Re-

ferência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital de chamamento, deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, ou outra forma utilizada pela Administração/Contratante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com as notas fiscais, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais; 2) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal de Leme (caso sediada em Leme); 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acorde, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, ou outro prazo fixado no termo de referência.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante

ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Se for o caso, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congêneres.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23. Considerando a Resolução nº 21/2022 que dispõe a obrigatoriedade de cadastro no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; as pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública, deverão realizar o cadastro pelo representante legal, sócio-administrador ou gestor, no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml sistema cadTCESP, emitir e enviar junto ao Contrato assinado, a Declaração de Atualização Cadastral.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente, aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade,

para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); e Decreto Municipal nº 8.058/23.

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021); e Decreto Municipal nº 8.058/23.

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021); e Decreto Municipal nº 8.058/23.

iv) Multa:

Compensatória: 10 (dez) por cento do valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato

Moratória: de 0,33% ao dia sobre o valor total do contrato, pelo atraso na execução dos serviços conforme determinado pela contratante, ou pela execução em desconformidade com o determinado, limitado a 05 (cinco) dias ou ocorrências, a partir de onde restar configurada inexecução contratual, com a aplicação das demais sanções previstas.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): e Decreto Municipal nº 8.058/23;

- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021), além do site “apenados” do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Prefeitura decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesma.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cód. Aplicação 310.0000 – saúde geral

Despesa 2764

Fonte 01 - Tesouro

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Leme, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21. [Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Leme

CONTRATADO:

CONTRATO Nº _____/2.026

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Leme/SP,

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF: RG:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL(IS) PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME/RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE (PELA CONTRATANTE)/ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF: RG:

Assinatura _____

RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE (PELA CONTRATADA):

Nome e cargo:

RG: _____ CPF: _____
 Assinatura: _____
 GESTOR DO CONTRATO:
 Nome e cargo:
 RG: _____ CPF: _____
 Assinatura: _____
 FISCAL DO CONTRATO:
 Nome e cargo:
 RG: _____ CPF: _____
 Assinatura: _____

Em atendimento ao disposto no §1º, do art. 7º, do Decreto Municipal 8.048/23[Art. 7º Os gestores e os fiscais de contratos e, eventualmente, os respectivos substitutos, serão representantes da administração designados para exercerem as funções estabelecidas nos arts. 19 e 20, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.], publicado na Imprensa Oficial do Município, em 14 de março de 2.023, DECLARO(amos) que, na qualidade de gestor(es)/fiscal(is) do presente contrato, tenho(mos) pleno conhecimento das atribuições relativas a função ora designada, estipuladas no referido diploma legal, e que não me(nos) enquadro(amos) nos casos de impedimento para o exercício de tal mister.

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME
 CONTRATADO:
 CNPJ Nº:
 CONTRATO Nº /2.026
 OBJETO:
 VALOR: R\$

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Leme/SP,

ANEXO PC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL ÓRGÃO OU ENTIDADE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

Nome:
 Cargo:
 CPF:
 Período de gestão:

Obs:

1. Todos os campos são de preenchimento obrigatório.
 2. Repetir o quadro, se necessário, informando todos os responsáveis durante o exercício..

3. Anexar a “Declaração de Atualização Cadastral” emitida pelo sistema “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, por ocasião da remessa do presente documento ao TCESP.

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

PREFEITURA DE LEME/SP

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 025/2026; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.; Edital Na Íntegra: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2026); www.bbmnetlicitacoes.com.br; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/05/2026 – 08:00H; TÉRMINO DO RECE-

BIMENTO DE PROPOSTAS: 26/05/2026 – 08:00H; ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 26/05/2026 – 08:01H; INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 26/05/2026 – 08:05H; REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br “ACESSO IDENTIFICADO” Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura

Leme, 06 de maio de 2026

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
 PREFEITO MUNICIPAL

CHAMAMENTO PUBLICO Nº 002/2024 - SECOM

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) – EMPRESAS JORNALÍSTICAS LOCAIS, PARA A VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS REALIZADAS PELA PREFEITURA DE LEME, DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE EFETUAR A DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, NAS ESPECIFICAÇÕES, VALORES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I”.

REF:SOLICITAÇÃO DE DESCREDENCIAMENTO
 DESCREDENCIO, a pedido, a empresa SANDRA APARECIDA MARTINS KAUFFEMANN (CNPJ: 21.007.977/0001-00).

Publique-se.

Leme, de maio de 2.026

BRUNO ERIC GONÇALVES
 SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 024/2026; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA ATLETAS, COMISSÃO TÉCNICA E STAFFS QUE ESTARÃO PARTICIPANDO DA EDIÇÃO DE 2026 DOS JOGOS REGIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO PERÍODO DE 14 A 23 DE JULHO DE 2026 NA CIDADE DE ITATIABA/SP; EDITAL NA ÍNTEGRA: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2026); www.novobbmnet.com.br; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-900 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS; (11/05/2026 – 08:00) TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: (25/05/2026 – 08:00) ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: (25/05/2026 – 08:01) INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: (25/05/2026 – 08:05) REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br “ACESSO IDENTIFICADO” Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura

Leme, 07 de maio de 2026.

RICARDO DE MORAES CANATA
 SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER

EXTRATO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEME, POR INTERMÉDIO DA SUA SECRETARIA DE SAÚDE, E PONTOTECH COMERCIO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

CONTRATANTE: Município de Leme
 CONTRATADA: Pontotech Comercio e Desenvolvimento de Software LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva de relógios ponto da secretaria municipal de saúde

Valor total: R\$ 36.000,00

Fonte: 1 - Tesouro

Data da Assinatura: 06/05/2026

Suporte Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/2021

Leme, 07 de maio de 2026

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK
 Secretária de Saúde do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

1º QUADRIMESTRE DE 2026

A Prefeitura do Município de Leme, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem convidar toda a comunidade de nossa cidade a participar da Audiência Pública para apresentação da prestação de contas do 1º QUADRIMESTRE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2026 atendendo ao dispositivo do ARTIGO 48, § único, inciso I, DA LC.101/2000.

Data: 28/05/2026

Horário: 18:00h

Local: Plenário da Câmara Municipal

Rua Dr. Querubino Soeiro, 231 – Centro

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**SAECIL
SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E
ESGOTOS DA CIDADE DE LEME**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2026

Processo de Licitação nº. 07/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais para utilização nos laboratórios das Estações de Tratamento de Água e Esgotos desta Autarquia, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

Acolho a decisão da Pregoeira em relação ao certame supra e, nos termos da legislação vigente, adjudico os Lotes - Lote 01 - valor total: R\$ 34.200,00 à empresa Siscontrol Controle e Instrumentação Ltda. (CNPJ nº. 01.456.073/0001-55); Lotes 02 e 05 – valores totais R\$ 8.775,00 e R\$ 56.190,00 à empresa Hexis Científica Ltda. (CNPJ nº. 53.276.010/0001-10); Lote 04 – valor total: R\$ 65.600,00 à empresa J. Kalil Comércio de Medidores Ltda. (CNPJ nº. 18.021.728/0001-65); Lote 06 – valor total: R\$ 13.985,00 à empresa PHL Distribuidora Laboratorial Ltda. (CNPJ nº. 35.865.938/0001-59), e homologo o resultado do processo, restando fracassado o Lote 03.

Formalizem-se os Contratos de acordo com o Edital.
Leme, 05 de maio de 2026.

Maurício Rodrigues Ramos
Diretor-Presidente

PORTARIA N.º 6.472 de 04 de maio de 2026
Cancela Nomeação para Desempenhar Atribuições Especiais

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

CANCELA, a partir da presente data, a nomeação do servidor MARCELO APARECIDO DE MENEZES, portador do RG/SSP/SP n.º 19.697.676, para desempenhar atribuições especiais junto à Unidade Especializada (UE-Q) “Manutenção especializada em Válvulas Redutoras de Pressão (VRPs)”, efetuada por meio da Portaria n.º 6.056 de 02 de julho de 2024.

Gabinete do Diretor Presidente
Em 04 de maio de 2026

MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 6.473 de 04 de maio de 2026
Cancela Atribuição de Encarregado por Equipe

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

CANCELA, a partir da presente data, a atribuição de Encarregado por Equipe efetuada através da Portaria nº 6.339 de 14 de novembro de 2025, ao servidor PABLO FELIPE DA COSTA SANTANA portador do RG/SSP/SP nº 40.918.540-1.

Gabinete do Diretor Presidente
Em 04 de maio de 2026

MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 6.474 de 04 de maio de 2026
Atribui Função de Confiança de Encarregado por Equipe

O Diretor Presidente da SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais,

ATRIBUI, a partir da presente data, ao servidor MARCELO APARECIDO DE MENEZES, portador do RG/SSP/SP n.º 19.697.676, a função de confiança de Encarregado por Equipe, para ser exercida junto à Divisão de Controle de Operações, Distribuição e Combate a Perdas, em conformidade com a Lei Complementar nº 218/1998 e suas alterações.

Gabinete do Diretor Presidente
Em 04 de maio de 2026

MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 6.475 de 04 de maio de 2026
Nomeia servidor para atribuições especiais junto a Unidade Especializada UE – R – Aferição e Controle de Hidrômetros

O Diretor da SAECIL, no uso das atribuições legais e em conformidade com os artigos 16-A e 16-B da Lei Complementar Municipal nº 218/1.998, observada a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 691/2.014, bem como as disposições do Regimento Interno da autarquia:

Nomeia, a partir da presente data, o servidor PABLO FELIPE DA COSTA SANTANA, para desempenhar atividades relativas a: Unidade Especializada de Aferição e Controle de Hidrômetros.

O servidor declara ter aceitado as atribuições para bem e fielmente lhes dar cumprimento nos termos do regimento interno ciente das condições lá previstas e estabelecidas, ciente também de que as atividades especiais não afastam a execução das demais inerentes ao exercício do cargo público.

O servidor declara estar ciente de que deverá ainda:

- I.Executar os serviços de substituição de hidrômetros;
- II.Conferir os dados da ordem de serviço;
- III.Fotografar o hidrômetro para registro no sistema;
- IV.Armazenar os hidrômetros trocados;
- V.Elaborar relatório mensal com a quantidade trocada, organizando por motivo da troca, DMC e bairro;
- VI.Utilizar de bancada portátil para aferição de hidrômetros quando houver reclamação de contribuinte e também para o levantamento do percentual de erro de medição dos DMC's, por meio de amostragens estipuladas em norma;
- VII.Buscar novas tecnologias e propor renovação gradual do parque de hidrômetros, apresentando comparativos com os hidrômetros atualmente utilizados pela SAECIL.

Leme, 04 de maio de 2026

MAURICIO RODRIGUES RAMOS
Diretor Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2026.

“Altera o § 3º do art. 11 da Lei Complementar nº 947, de 06 de janeiro de 2026, que dispõe sobre as diretrizes e normas para a regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade com a legislação urbanística no município de Leme, e dá outras providências.”

Art. 1º O § 3º do art. 11 da Lei Complementar nº 947, de 06 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. Os proprietários de imóveis que possuam construções residenciais com área total de até 150,00m², independentemente da área objeto de regularização, poderão ser beneficiados com redução de 80% (oitenta por cento) do valor da multa compensatória, desde que comprovem renda familiar bruta de até 03 (três) salários-mínimos, ser proprietário de um único imóvel urbano e possuir regularidade fiscal junto ao Município, admitida a existência de débitos com parcelamento ativo e adimplente.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para 06 de fevereiro de 2026.

Leme, 05 de maio de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES